

Aleivosias e extorsões do gentio na Amazônia colonial

Rafael Chambouleyron
Vanice Siqueira de Melo

Na Amazônia colonial ocorreram inúmeras guerras entre os grupos indígenas e os recém-chegados portugueses. Ao tratar desses diversos conflitos é preciso pensá-los no tempo, no espaço, e em relação ao contexto em que foram observados e relatados, como lembra Carlos Fausto.¹ A partir dessa perspectiva, este texto se propõe a discutir conflitos ocorridos em três regiões distintas do Estado do Maranhão e Pará: o Xingu, o Cabo do Norte (região que corresponde em parte ao atual Amapá) e a fronteira oriental da capitania do Maranhão. Pretende-se, assim, enfatizar que essas guerras foram de naturezas diversas já que nas três regiões a ocupação portuguesa foi distinta e as próprias ações dos grupos indígenas foram marcadas pela diversidade.

Três ocupações portuguesas

1. O sertão dos Taconhapé.

Os relatos que se referem ao Xingu na segunda metade do século XVII, quando era já um rio conhecido, chamam atenção para a abundância de cravo de casca que havia naquelas paragens. O capitão Manuel Guedes Aranha, por exemplo, descrevia-o como um rio muito visitado pelos portugueses, “a pretexto de escravos, como de cravo, de onde se tem tirado e tirará muito”.² O cravo era um gênero importante para a Amazônia colonial, principalmente porque se tornara, junto com o cacau, uma das principais receitas da Fazenda real na capitania do Pará. Desde o final dos anos 1670, pelo menos, a Coroa auferia rendas da arrematação dos *dízimos do cravo e cacau*, que tiveram um crescimento considerável a partir de 1682.³

Descoberto o cravo no Xingu, os portugueses de Belém, Gurupá e Cametá passaram a organizar expedições em busca dessa droga, enfrentando várias dificuldades. Uma delas eram as investidas de grupos indígenas às tropas. O sertão do Xingu era habitado por vários grupos indígenas, dentre eles os Taconhapé – de “língua geral” como refere o padre Bettendorf – ou os Juruna.⁴ O religioso refere-se inclusive a esse espaço como “sertão dos Taconhapé”. O grupo havia sido inicialmente descido pelos padres da Companhia de Jesus. Contudo, segundo o padre Bettendorf, os maus tratos que haviam sofrido por parte dos portugueses, principalmente do capitão-mor do Gurupá, havia feito com que subissem de volta para as suas terras.

Os religiosos jesuítas, que haviam fundado aldeias no Xingu, onde missionavam mais sistematicamente desde a década de 1660, queixavam-se da ação desses cobiçosos “cravistas”. Em 1681, o padre Pedro Pedrosa, por exemplo, em uma carta escrita ao príncipe regente Dom

Pedro II, reclamava de Antônio da Costa Pinto, morador de Belém, o qual, sem avisar a nenhum dos padres que se encontravam numa das aldeias da região “se foi aposentar e a contratar com os índios, para os levar ao cravo”. Escandalosa também parecia aos olhos do padre Pedrosa a atitude de um “preto, escravo de um juiz, que este ano serve”, que fora buscar índios “para o cravo” numa aldeia dos jesuítas no Xingu. Segundo o jesuíta, o “preto” levava ordem do bispo para seus negócios, e, diante da reação do missionário da aldeia, padre Aloísio Conrado Pfeil, tratou-o “como se fosse outro preto como ele, e se voltou ameaçando-o com o bispo, e com o povo, como outros muitos fazem”.⁵ Em carta ao geral da Companhia, o padre Conrado Pfeil justamente advertia que um levantamento de índios contra os portugueses no sertão do Xingu fora causado pelos próprios moradores, que tiranizavam os indígenas.⁶

2. O sertão do Cabo do Norte

As fronteiras do reino português também avançavam pelos sertões por meio de várias fortificações. Exemplar nesse sentido foi o Cabo do Norte. Essa área constituiu um espaço de intensa disputa entre vários reinos europeus, razão pela qual nele foram construídas inúmeras fortalezas, que revelam as diversas formas e fases de sua ocupação.⁷

Na década de 1630, a coroa portuguesa tentava inserir sob seu domínio a região do Cabo do Norte, concedendo a área como capitania a Bento Maciel Parente. Entretanto, a capitania não prosperou. Foi somente na segunda metade do século XVII que a Coroa portuguesa empreendeu uma nova tentativa de ocupar a região. É principalmente a partir de diversas informações que o antigo governador Gomes Freire de Andrade forneceu sobre o Cabo do Norte e “acerca dos sítios onde [era] conveniente se fizessem fortalezas”, que o rei autorizava se fizesse “com toda a brevidade uma fortaleza na terra firme onde chamam Torrego”.⁸

Foi então formada uma expedição para ir ao Cabo do Norte “dispor as fortalezas que V.M. mandava fazer”. Em 1687, o capitão-mor do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, relatava a jornada e apontava duas áreas propícias à fortificação. Uma delas era “na boca do rio de Maicari, que sai ao de Araguari”, região vizinha aos índios Maruanus. O outro espaço era “onde antigamente esteve a dita fortaleza de Cumaú”, que para o capitão-mor “pareceu muito acomodado o sítio e boas terras para a povoação”. Além disto, “tem também a vizinhança de algum gentio e a do sertão dos Tucujus”. Durante suas andanças pelo Cabo do Norte, o capitão-mor manteve também contatos com grupos indígenas da região. Assim, narra que foi até o rio e lago de Maiacari, “onde vivem outras muitas nações de gentio, cujos principais” convocou à “aldeia sita em o meio de um grande lago chamado Camonixari”. Contudo, impedido de seguir a jornada pelo Cabo do Norte, pois o volume de água do rio

encontrava-se diminuto, o capitão-mor resolveu retornar ao Pará, deixando em Camonixari os religiosos jesuítas Antonio Pereira e Bernardo Gomes, que iniciariam uma missão na região.⁹

3. O sertão dos índios do corso

Quanto à região leste do Maranhão, embora houvesse casas fortes e missões, o povoamento e a expansão se deram mediante o descobrimento do chamado “caminho para o Brasil” e, principalmente, da atividade pecuária. Os contatos entre os portugueses e os índios da região oriental do Maranhão remontam à primeira metade do século XVII. Segundo o padre Bettendorf, durante o governo de Luís de Magalhães, entre os anos 1649 e 1652, vários religiosos jesuítas foram mortos pelos “Tapuias Uruatis” em um engenho localizado no rio Itapecuru.¹⁰

Ao que tudo indica, durante o século XVII, foram inúmeras as tentativas de o governo português ocupar a região oriental do Maranhão, às margens do Itapecuru. Os documentos assinalam que se tratava de uma região fértil – “jardim do Maranhão”, chamava-o Manuel Guedes Aranha –, na qual continuamente os índios promoviam assaltos.¹¹ Assim é na década de 1680 que outra tentativa de ocupar o sertão do Itapecuru foi pensada entre os portugueses. Deste modo, “a requerimento da Câmara e povo”, foram ao rio o governador Francisco de Sá e Meneses com outros homens a tratar o seu repovoamento. O governador procurou fazer roçados no Itapecuru e para “reparar o dano do gentio”, aperfeiçoou a defesa através da construção e manutenção de fortificações e da mudança de aldeias de índios para a região.¹²

Desta maneira pôs “o governador tudo em execução”, mas os moradores resolveram que não iriam mais povoar o Itapecuru, pois “viram que não era possível terem a segurança que desejavam”. Foi então organizada uma pequena expedição para que “sondasse as baías” e fosse pela costa para uma nova povoação que se pretendia fazer, descobrindo “em um rio chamado Icatu um surgidouro”, área propícia à construção de um porto, com terras “vantajosas a todas as que tem aquele Estado, para todo o governo de cultura”, pastos para gados e “sobretudo o poder-se fortificar contra o gentio”. Parecia depois ao governador Gomes Freire de Andrade, que seria útil povoar este espaço, o que atendeu o rei fundando a Vila Nova de Icatu.¹³

Além dos engenhos de açúcar, lavouras e fazendas de gado que se espalhavam pelos sertões do Maranhão, no final do século XVII os portugueses empenhavam-se em descobrir o caminho do Maranhão para o Brasil. Em 1695, o governador do Maranhão escrevia ao rei ressaltando a dificuldade que havia em se descobrir este caminho “especialmente pela vastidão de gentio bárbaros que impediam o penetrar esse sertão”.¹⁴ Mas no final daquela mesma década, o caminho foi descoberto, o que ensejou o alastramento português por esses sertões. Assim, escrevia o rei ao governador do Maranhão acerca de várias sesmarias concedidas “a algumas

pessoas moradores na Bahia, rio de São Francisco e outras povoações das terras novamente descobertas pelas tropas desse estado no caminho do Brasil” com a “condição de pagarem os dízimos nessa capitania e a porem as terras desimpedidas dos gentios brabos a sua custa”.¹⁵

As reações (ações) e as guerras

Seguramente o maior empecilho às tropas que iam extrair cravo no Xingu eram as “aleivosias e extorsões” dos “índios hostis”. Assim, em junho de 1681, teriam ido ao “sertão dos Taconhapé” três canoas da capitania de Cametá “a tirar drogas daqueles matos” como se fazia todos os anos. Os índios da região atacaram os portugueses e índios, matando uns e aprisionando outros. Em decorrência disto, os moradores da Capitania do Pará “estavam amedrontados para irem aqueles sertões” e por isso a Câmara de Belém, “em nome do povo”, solicitou ao governador Inácio Coelho da Silva que “mandasse castigar o dito gentio, para que os mais se não atrevessem a outra semelhante aleivosia” e não “impossibilitassem aqueles povos a passarem aos sertões a buscarem o remédio de que viviam”. O governador convocou uma Junta para decidir sobre a necessidade da guerra, que acabou sendo aprovada por todos, exceto pelo superior da Companhia de Jesus, pois havia missões jesuíticas na região.¹⁶ Ouvindo o Conselho Ultramarino e o procurador da Coroa em Lisboa, o monarca decidiu pela realização da guerra, “advertindo porém ao governador que a demonstração não exceda ao castigo que merece do excesso, nem sua total destruição daqueles índios, mas baste só para os amedrontar”.¹⁷

Outra jornada contra os Taconhapé teria ocorrido entre os anos de 1686-87. Em 1687, o governador Gomes Freire de Andrade enviou “para o sertão a tropa que mandava a cargo do capitão-mor Hilário de Souza de Azevedo” para castigar os índios Aroaqui e Carapitena (no Amazonas) e “na volta fazer também guerra à nação Taconhapé vizinha a Xingu”. Entretanto, “a segunda entrada pelo rio de Xingu” não pôde ser realizada, pois a tropa voltara em junho e por isso não houve tempo suficiente para que descansassem “os soldados e índios, que com seis meses de trabalho vinham despidos e com algumas doenças nas pessoas mais práticas e de melhor préstimo”. Assim, era preciso esperar.¹⁸

Em 1688, o monarca ordenava ao governador Artur de Sá e Menezes que evitasse a “segunda entrada que se determinava fazer contra o dito gentio do Xingu” e procurasse castigar apenas “alguns principais sem o dano de outros”, atendo-se ao que havia ajustado e determinado com seu antecessor, Gomes Freire de Andrade.¹⁹ A resolução régia em ordenar a punição de uns e não de outros, que aparentemente pertenciam à mesma nação Taconhapé, indica a dificuldade de considerar as *nações* ou *grupos* indígenas como portadores de atitudes unívocas. Ao contrário, como explica John Monteiro, os índios foram capazes de criar um “espaço político”,

caracterizado pela constante rearticulação de suas identidades e de suas relações com os portugueses.²⁰

É possível que os portugueses designassem como Taconhapé grupos que não o eram, e que por isso tinham diferenciadas relações de aliança e hostilidade em relação aos moradores (o que fundamentaria a determinação real). Aqueles “principais” que o rei mandava poupar podiam então não ser índios Taconhapé, mas eram assim designados em função de sua localização geográfica no sertão do Xingu. Parafraseando Marta Amoroso, poderíamos falar talvez de uma *espacialidade taconhapé*, identificada com o sertão do Xingu habitada por outros grupos, “geograficamente” identificados com aquela nação, como poderia ser o caso dos Juruna, citados em vários momentos na documentação. De fato, o padre Bettendorf relata em sua *Crônica* a reunião numa aldeia do mesmo rio, de índios Juruna e Taconhapé.²¹

Em 1693, Gomes Freire de Andrade escrevia ao Secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, explicando que havia feito a guerra em 1686-87 contra os Taconhapé, pois “aquela nação e outras de bárbaros haviam confederado ao rompimento da paz que tinham” com os moradores do Estado “havendo cinco anos que faziam considerável dano” às canoas “que entravam ao comércio do cravo”, matando os moradores e índios domésticos.²² Assim, ao que tudo indica, até pelo menos 1681 os índios colaboravam com as tropas que iam àquele sertão buscar cravo, embora não sejamos ingênuos a ponto de pensar que as relações entre estes índios e os homens das tropas fossem sempre harmoniosas. Nesse sentido, o que teria levado o “rompimento da paz” dos Taconhapé com os portugueses?

Estes conflitos talvez fossem decorrentes da própria presença missionária no Xingu. Por outro lado, há que se pensar que os ataques indígenas poderiam ser resultado do incremento da extração do cravo e do uso e abuso dos índios para a “condução do produto”. Ao que tudo indica, na década de 1680 houve um considerável aumento na produção do cravo. Embora a falta de registros impossibilite medir a quantidade de cravo exportado, há indícios que sugerem o crescimento da exploração deste produto. Em 1685, o governador Gomes Freire de Andrade advertia sobre a dificuldade de se encontrar cravo no sertão, em razão da intensa exploração realizada pelos portugueses, com o que “em muito menos anos, lhes há de faltar de todo”.²³ Assim, estas guerras contra os Taconhapé pareciam mais um mecanismo para assegurar o domínio sobre uma região rica em um produto estimado.

•

É também em 1687 que acontece um conflito no Cabo do Norte. Como já foi mencionado, os padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes iniciaram uma missão no Cabo do Norte em 1687. Permaneceram esses religiosos na ilha de Camonixari “propondo e explicando a lei de Deus”. Segundo Bettendorf, a doutrina dos padres agradava aos índios de Camonixari, porém “muito se

ofenderam dela e de seus pregadores os bárbaros de algumas aldeias vizinhas”. Assim, os índios Oivanecas resolveram assaltar a aldeia onde residiam os padres, assassinando os religiosos e a mais quatro índios domésticos.²⁴

O capitão-mor do Pará realizava outra expedição ao Cabo do Norte com a finalidade de prosseguir a fortificação da área quando tomou conhecimento, pelo governador do Maranhão, do assassinato dos padres. Tão logo soube a veracidade das notícias, escreve o governador, o capitão-mor

tratou logo de formar uma pequena tropa, porque a que ia governando não era grande, e mandou em seguimento dos matadores, os quais se dividiram em três partes: na primeira houve logo bom sucesso porque os que escaparam do golpe não se eximiram da prisão; e o primeiro que morreu as mãos de um valoroso índio foi o principal motor daquela indigna ação. Depois de castigados estes se buscaram outros e não foi com menor sucesso porque trouxeram preso ao principal que tinha sido dos matadores o qual à vista de todo aquele gentilismo (que tinha ido a saber novas da tropa) se pusera na boca de uma peça depois de batizado e morrera com demonstrações de arrependido; e a terceira parte não pode conseguir diligência alguma pela muita distância que levavam os que fugiram.²⁵

A tropa era composta por “dezessete homens, e oitenta índios”.²⁶ Foram, então, esses homens em seguimento dos índios assassinos e “andaram por espaço de oito dias enganados pelos guias Maraunizes por brenhas caminhos errados, até que dois meninos naturais daquela terra lhes mostraram o caminho verdadeiro que levava a Maimaime, onde estavam os outros escondidos”. Na peleja, uns morreram, “outros se acolheram para o mato, outros trinta e cinco, entre homens e mulheres, se prenderam e foram levados ao capitão-mor”. Quanto ao “principal motor daquela indigna ação”, o pajé Camayuí, foi morto pelo capitão Pascual, de uma aldeia de Cametá, que “despedaçou com um terçado” o pajé “depois de tê-lo trespassado o principal Simão Ingaiba com duas flechas, por dizerem que ele era que tinha morto o padre Bernardo Gomes”.²⁷

Em carta ao rei o ouvidor-geral do Estado relatava que, após a conclusão das devassas sobre o caso, dos principais motivadores do assassinato, sete foram “degredados para a nova vila que V.M. manda fundar no rio Icatu” e um havia sido sentenciado à morte.²⁸ Mas afinal de contas, qual teria sido o motivo dos índios acometerem os padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes e os índios que os acompanhavam? Numa das diversas cartas que escreveu do Cabo do Norte acerca do episódio, o capitão-mor dizia sobre os índios assassinos que

a razão que para isso tiveram é só que um índio que ficou com o dito padre de Tavatatuba, por nome Lopo, que ficou pra intérprete da língua Aruã que o padre tinha, se embebedou e disse aos negros da aldeia que estavam com padre que se não fiassem do dito padre porque os vinha enganar e só ajuntar para quando eu viesse os levar atados por cativos; também dizem que este negro não só na bebedice disse isto senão sempre porque como ficou com o padre contra vontade e só queria ir para sua mulher.²⁹

Como se observa pelo relato, a história que culminou na morte dos padres e na guerra contra os índios aparentemente se iniciou a partir de um discurso proferido pelo intérprete Lopo. A ameaça de que seriam escravizados suscitou o levante dos índios contra os religiosos que

estariam naquela paragem para escravizá-los, como teria enunciado Lopo. Porém, o governador Artur de Sá e Menezes estava convencido que, “como aquele sertão anda infeccionado de franceses”, o assalto contra os padres teria ocorrido por intervenção deles.³⁰ Apesar disto, não há como certificar se os franceses instigaram ou não os índios contra os padres. Assim, considerando que os franceses teriam incentivado os índios contra os religiosos a presumível relação de amizade mantida entre os indígenas e os franceses teria sido fundamental para que os nativos, e principalmente o intérprete Lopo, confiassem nas “práticas” dos moradores de Caiena. Lopo poderia ter sido um intermediador entre os índios e os franceses neste contexto e poderia ter usado essa condição para obter ganhos próprios e para os franceses. Talvez Lopo se mantivesse mais próximo dos franceses do que dos portugueses. Por outro lado, o índio Lopo usando da sua condição de intérprete no mundo colonial português e a consciência da presumível amizade entre os índios e os franceses poderia ter forjado a prática proferida por ele na aldeia falando, em nome dos franceses, sobre a intenção dos padres de cativar aqueles índios.

Esta guerra movida contra os índios que mataram os padres jesuítas no Cabo do Norte pode ser compreendida como uma maneira dos portugueses dominarem tais índios, com interesse em tê-los como trabalhadores. Além disso, tratava-se, igualmente de um instrumento de monopólio da área que reivindicavam, diante dos franceses, considerados “estrangeiros”. Por isso, a própria política ensejada pelo império português consistia mais na aliança com os diferentes grupos indígenas, e os possíveis benefícios advindos dela, realizadas através do estabelecimento das fortificações, das missões e da própria guerra.

Quanto à identificação dos índios que assassinaram os padres, são diversas as designações que aparecem nas fontes. João Felipe Bettendorf nomeia os índios assassinos de *Oivanecas*. Ademais, padre Bettendorf escreveu que o matador era “da nação *Aguaraca* e da aldeia de *Coanarú*”. As designações *Aricoré*, *Mucurá*, *Maraunizes* também figuram no relato do padre.³¹ Em uma carta de 1688, o soberano português agradecia ao capitão-mor do Pará o adequado procedimento que tivera no castigo aos índios designados de “*Maracurios*” que haviam trucidado os padres.³² Assim, são etnônimos que designam muitos ou um grupo só. Podem ser também subgrupos que estariam envolvidos em trocas com os franceses. Da mesma forma, podemos pensar que os próprios grupos indígenas usavam essa diversidade de etnônimos para obter vantagens ao se envolver, nessa região de fronteira, tanto com os portugueses quanto com os franceses, já que eram vários os nomes que aqueles lhes davam.

•

Na fronteira oriental da capitania do Maranhão, ocorreram três guerras na década de 1690. O primeiro desses conflitos ocorreu contra os índios Caicai e os Guarati. Escrevia o padre Bettendorf que os habitantes dos rios Itapecuru, Munim e Mearim queixavam-se que os índios

“lhes furtavam os mantimentos de suas roças” e “a cada passo faziam hostilidades, acometendo uns, matando outros, como tinham morto dois rapazes curraleiros” e “ferido outro de outro morador”. Esse era o motivo pela qual afirmava “que esses bárbaros se pretendiam fazer senhores de ambos aqueles rios, expulsando os brancos deles”.³³ Por essa razão, foi convocada na cidade de São Luís a Junta Geral, na qual foi decidido “que lícitamente se podia fazer guerra contra as nações Caicais e Guaratis ficando legitimamente escravos os que no conflito se cativassem”.³⁴

Foram então os portugueses seguindo os seus inimigos “pelo rasto que tinham deixado, e já parecia que estavam dando com eles”, quando os mantimentos da tropa portuguesa escassearam e os “portugueses menos sôfregos da fome e cansaço que o gentio do mato, desistiram de persegui-los”. Apesar disto, uma parcela da tropa portuguesa seguiu à procura dos índios. Assim, caminharam “por uma e outra banda, pelo rasto dos fugidos que os índios rastejadores iam descobrindo” até que “finalmente deu com eles e matando uns, cativando outros, afugentou todos os mais”.³⁵ Da guerra “se tiraram os que eram escravos e se satisfizeram os quintos para a fazenda real e despesa das munições e alguns pequenos se repartiram pelos soldados”.³⁶ Em 1693, o rei reconhecia como “justa e necessária” a guerra que fora realizada contra este gentio do corso que infestava os rios Itapecuru e Mearim.³⁷

Contudo, “com esta esfrega dada aos Caicai ficou algum tanto, ainda que não de todo, seguro o recôncavo do Maranhão”, pois estes índios “não se acovardaram com a diminuição e foram continuando suas hostilidades”.³⁸ Desta maneira, em 1695, o governador do Maranhão preparou outra tropa para investir contra os Caicai. No regimento dado ao cabo da tropa, o sargento-mor Domingos de Matos Leitão e Silva, explicava que a capitania do Maranhão estava

atenuada por causa de seus moradores se não puderem valer da terra firme para a cultura de suas lavouras a respeito de ser infestada pelo gentio de Corso principalmente os do Rio Mearim, Itapecuru e Munim onde há muitos anos continuam esse bárbaros com repetidos assaltos, fazendo aleivosias, mortes e roubos sem que bastassem para se evitar várias tropas de guerra que meus antecessores formaram.³⁹

Assim, havendo essas “razões e dificuldades sendo por” ele “ponderadas e consultadas por pessoas de experiência e atendendo ao muito que convém remediar prontamente está opressão”, o governador do Maranhão se decidiu pelo recurso à guerra.⁴⁰

Preparava-se então a tropa para investir contra os Caicai. Entretanto, antes que a tropa acometesse os índios, eles foram “ao rio Itapecuru dizendo que a pedir-me paz”, como referiu o governador do Maranhão. Os moradores do rio Itapecuru, de qualquer modo, não acreditaram na intenção dos índios, unindo-se ao capitão-mor do Itapecuru para aprisionar os índios.⁴¹ Os índios suspeitaram que estes homens iam ao encontro deles “com as canoas armadas para nenhum outro fim ora senão para os conduzirem como prisioneiros” e “se foram lançando

muitos no mar a vista do que os ditos moradores lhes deram guerra matando os que escaparam de afogados de sorte que foram poucos os fugitivos que livraram as vidas”.⁴²

Decorrido algum tempo após este conflito, outra peleja ocorreu na capitania do Maranhão. Após participar do ataque aos Caicai, a tropa do sargento-mor prosseguiu “a jornada para o sertão”, onde moveu guerra contra os índios Guanaré. Tudo aconteceu, segundo o padre Bettendorf, quando o sargento-mor e sua tropa foram aos Guanazes e sabendo que os demais índios tinham ido à caça, os convocou pois “queria levá-los para dar nos Caycayzes, inimigos de uns e outros”. Os índios regressaram a sua habitação e estavam “ocupados a torrar as farinhas dos paneiros que haviam de levar para ir dar a guerra”, quando “saltaram os brancos neles e os mataram”.⁴³ De acordo com uma consulta do Conselho Ultramarino, este conflito teria ocorrido em decorrência de uma suposta idéia destes índios investirem contra a tropa “porque suposto assim o confessou um língua pelos ditos de alguns índios da mesma nação”.⁴⁴ Estas guerras de 1695 foram julgadas como injustas pelo rei, que ordenou ao governador do Maranhão que “se conservem estes índios como livres na Ilha de Joanes os que para lá foram mandados”, bem como os “pequenos de menor idade que se repartiram pelos soldados no Maranhão”.⁴⁵

Os moradores da capitania do Maranhão acreditavam que os ataques realizados pelos índios eram ocasionados “debaixo de paz e amizade”, como lembrava a devassa que se fez da guerra que houve em 1691.⁴⁶ Dizia o governador do Maranhão em 1696 que os moradores do Itapecuru e o capitão-mor desse rio não acreditavam nas promessas de paz dos índios, “a pretexto dela executaram sempre estes bárbaros os seus insultos”.⁴⁷ Este discurso pode sugerir que mesmo os índios agindo etnicamente em bloco ou não, poderiam manter relações de amizade e hostilidades com os portugueses. Ou seja, um grupo manteria relações amigáveis com alguns moradores e hostilizava outros, daí agirem e cometerem assaltos “sob paz e amizade”.

Em 1698, a Coroa Portuguesa declarava guerra novamente aos índios hostis: eram os “índios de corso”.⁴⁸ Neste ano, dizia o Conselho Ultramarino ao rei que o governador do Maranhão havia lhe informado acerca das “contínuas hostilidades” que o “gentio do corso” fazia aos moradores da capitania do Maranhão, da vila de Icatu e dos Rio Mearim e Itapecuru “instando em desamparar aquelas fazendas e povoações”. Estas “contínuas hostilidades” condicionaram o rei a autorizar que uma guerra fosse realizada contra esses índios, “que os que nela se aprisionarem sejam cativos” e que ela seria feita pelo Terço de Pernambuco, cujo mestre de campo era Domingos Jorge Velho, ou da Bahia, de que era Mestre Manoel de Moraes Navarro.⁴⁹

Estas guerras que ocorreram na capitania do Maranhão, no final do século XVII, podem ser pensadas como mecanismos de obtenção de mão-de-obra naquele contexto. Por outro lado, foi na década de 1690 que os conflitos entre índios e portugueses se intensificam na capitania do Maranhão. Como foi explicado, foi somente no final do século XVII que se acentuou a

expansão dos empreendimentos portugueses para os sertões da capitania do Maranhão, a exemplo da fundação da Vila Nova de Icatu e do descobrimento do caminho do Estado do Maranhão para o Brasil.

Portanto, as guerras que ocorreram na Capitania do Maranhão pretendiam “limpar” o território destes índios hostis para que as povoações portuguesas prosseguissem para o interior do território. Estas guerras não eram de extermínio, mas sim um instrumento de submissão dos índios hostis através da escravização. Assim, estas guerras consistem num mecanismo que possibilitaria o avanço e consolidação das fronteiras do Império português para as terras do interior da capitania, na medida em que “domesticaria” o território dos índios hostis e ao mesmo permitiria garantir o suprimento de mão-de-obra desse mesmo desenvolvimento.

Conclusão

Nos três espaços aqui analisados – o sertão do Xingu, o Cabo do Norte e a fronteira oriental da capitania do Maranhão –, os conflitos entre portugueses e indígenas tiveram razões e conseqüências distintas. Procuramos mostrar que essas diferenças decorreram das diversas maneiras de construção de uma territorialidade colonial e também das diversas respostas que os próprios grupos indígenas deram à ocupação portuguesa.

Não há dúvida que a escravização se tornou uma das principais razões para guerrear os índios na Amazônia seiscentista. Entretanto, é preciso fazer duas importantes ressalvas. Por um lado, entre 1680 e 1688 – período em que ocorreram vários dos conflitos – a escravidão indígena fora totalmente proibida pela Coroa. Se essa situação não significou o desaparecimento de fato de cativos indígenas, não há dúvida que ela rearticulou as formas gerais de obtenção de trabalhadores nativos na região.

Por outro lado, a presença portuguesa no Estado do Maranhão e Pará tem sido considerada pela historiografia de forma muito homogênea. É justamente a heterogeneidade da ocupação portuguesa da região compreendida nesses limites administrativos que pode nos ajudar a melhor compreender os conflitos aqui mencionados. De fato, as razões para os portugueses estarem no Xingu, no Cabo do Norte e na fronteira do Maranhão eram distintas, e decorriam de interesses diversos que marcaram a conquista portuguesa da região; tais interesses poderiam ser resumidos na extração das drogas do sertão (o cravo do Xingu), no temor de uma ocupação estrangeira (os franceses do Cabo do Norte) e na expansão de uma fronteira agrícola (pelos rios Itapecuru, Munim e Mearim).

Não sem razão, pelo menos a partir da documentação portuguesa, os índios foram muito precisos ao escolherem seus alvos: canoas, padres e engenhos, verdadeiras “instituições de fronteira”, para usar a expressão de Herbert Bolton.⁵⁰ Os grupos nativos que entraram em

conflito com os portugueses, desse modo, pareciam ter consciência dos mecanismos de penetração e consolidação do domínio português sobre o território.

A diversidade das razões e natureza das guerras aqui examinadas remete igualmente a perceber que a própria imagem construída pelos portugueses a respeito dos seus inimigos não era unívoca. Os Taconhapé, os assassinos dos jesuítas e os *índios do corso*, embora todos ferozes, não necessariamente se equivalem na conformação da imagem de um índio hostil.⁵¹ Os vários inimigos dos portugueses, localizados em diversas partes do Estado, não eram descritos da mesma maneira; os *índios do corso*, por exemplo eram em geral pintados como indômitos e bárbaros; já os do Cabo do Norte apareciam para muitos como instrumentos dos interesses franceses. Essa “multiplicidade de inimigos” pode ser justamente uma brecha por onde pode surgir a também múltipla compreensão que os próprios grupos indígenas construíram sobre a presença dos portugueses nas diversas regiões ocupadas e as razões que tiveram para dar-lhes guerra.

Notas

¹ FAUSTO, Carlos. “Da inimizade – forma e simbolismo da guerra indígena”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 252.

² ARANHA, Manuel Guedes. “Papel político sobre o Estado do Maranhão” [c. 1682]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 46 (1883), 1ª parte, p. 10.

³ Ver: GROSS, Sue. *The economic life of the Estado do Maranhão e Grão Pará, 1686-1751*. Ph.D. Dissertation, Tulane University, 1969, p. 144.

⁴ BETTENDORF, João Felipe, SJ. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698]. Belém: SECULT, 1990, p. 277.

⁵ *Biblioteca Pública de Évora*, códice CXV/2-16, ff. 11v e 10v (1681).

⁶ Carta de 15 de outubro de 1681. Citado em: CONSIGLIO, Vittorio. *Fontes missionárias e história indígena. Um inventário sobre os textos jesuítas nos arquivos romanos referentes à missão do Maranhão e Grão-Pará, séculos XVII-XVIII*. São Paulo: Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 1997, p. 109.

⁷ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. “O fecho do império: história das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999, pp. 129-93.

⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino* [AHU], códice 268 (Cartas para o Maranhão), ff. 51v-52 (1686).

⁹ Ver a carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 267 (1687).

¹⁰ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], p. 69.

¹¹ ARANHA. “Papel político sobre o Estado do Maranhão” [c. 1682], p. 3.

¹² AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 677 (1682).

¹³ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 761 (1686).

¹⁴ Ver a carta do governador ao rei em AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 906 (1695).

¹⁵ *Anais da Biblioteca Nacional* [ABN], vol. 66 (1948), p. 165 (1697).

¹⁶ AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 197 (1681).

¹⁷ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 662. (1682).

¹⁸ AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 262 (1687).

- ¹⁹ ABN, vol. 66 (1948), pp. 86-87 (1688).
- ²⁰ MONTEIRO, John. “Armas e Armadilhas: História e Resistência dos índios”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: FUNARTE/Companhia das Letras, 1999, p. 241.
- ²¹ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], p. 275.
- ²² AHU, Pará (Avulsos), caixa 4, doc. 316 (1693).
- ²³ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 726 (1685).
- ²⁴ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], p. 427.
- ²⁵ Ver a carta de Artur de Sá e Meneses em AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 271 (1688).
- ²⁶ Ver a cópia da segunda carta do capitão-mor Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho escrita em Araguari em AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 798 (1687).
- ²⁷ BETTENDORFF. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], pp. 432-33.
- ²⁸ Ver a carta do ouvidor-mor Miguel da Rosa Pimentel em AHU, Pará (Avulsos), caixa 3 doc. 271 (1688).
- ²⁹ Ver a cópia da primeira carta de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, escrita em Araguari, em AHU, Maranhão, (Avulsos), caixa 7, doc. 798 (1687). Lopo foi um dos quatro índios que foram assassinados junto com os padres.
- ³⁰ AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 245 (1685).
- ³¹ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], pp. 428-31.
- ³² ABN, vol. 66 (1948), p. 105 (1688).
- ³³ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 514.
- ³⁴ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 851 (1692).
- ³⁵ BETTENDORFF. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], pp. 516-17.
- ³⁶ AHU, códice 274 (Consultas do Maranhão), ff. 86-86v (1692).
- ³⁷ ABN, vol. 66 (1948), p.138. (1693).
- ³⁸ BETTENDORFF. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], p. 517.
- ³⁹ A cópia do Regimento que levou o sargento-mor do Estado, Domingos de Matos Leitão e Silva, encontra-se anexada a AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 912 (1696).
- ⁴⁰ *Ibidem*.
- ⁴¹ A carta do governador do Maranhão para o rei encontra-se anexada a AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 912 (1696).
- ⁴² AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 912 (1696).
- ⁴³ BETTENDORFF. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698], p. 559.
- ⁴⁴ AHU, códice 274 (Consultas do Maranhão), ff. 107v-108v (1696).
- ⁴⁵ ABN, vol. 66 (1948), p.159 (1696).
- ⁴⁶ O traslado da devassa que se tirou sobre a guerra que se deu ao gentio do corso encontra-se anexado AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 862 (1693).
- ⁴⁷ A carta do governador do Maranhão para o rei encontra-se anexada a AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 912 (1696).
- ⁴⁸ A expressão “índios do corso” foi utilizada em várias regiões da América Portuguesa para designar diversos grupos indígenas. Os testemunhos indicam que este termo era usado para se referir aos índios que preferiam permanecer andantes, sem fixarem-se nos aldeamentos religiosos e se alimentando dos alimentos que retiravam das roças dos portugueses e do meio em que viviam. Sobre os *índios do corso* ver: MELO, Vanice Siqueira de. “*Aleivosias, mortes e roubos*”. *Guerras entre índios e portugueses na Amazônia colonial (1680-1706)*. Belém: Monografia de graduação (História), 2008.
- ⁴⁹ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa. 9, doc. 969 (1698).
- ⁵⁰ BOLTON, Herbert Eugene. “The mission as a frontier institution in the Spanish-American colonies”. *The American Historical Review*, vol. 23, nº 1 (Oct. 1917), pp. 42-61.
- ⁵¹ A esse respeito, ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Para conter a fereza dos contrários: guerras na legislação indigenista colonial”. *Cadernos Cedes*, 30 (1993), pp. 57-64.